

## CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: ESTEREÓTIPOS, ESTIGMAS E (DES)CONSTRUÇÕES

Bill Robson Monteiro Lisboa  
FEESU/FUPAC  
[billrobsonmg@hotmail.com](mailto:billrobsonmg@hotmail.com)

### Resumo Expandido

Início este texto com uma experiência...

Uma menina, negra de três anos, passou a frequentar a pré-escola. Após algumas semanas de “aula” começou a chorar e a recusar-se a ir para a instituição sem, no entanto, verbalizar motivos que pudessem justificar tal atitude. [...] Depois de repetidas e variadas abordagens, a menina explicou à mãe que não queria mais ir para a escola porque, ali, ela tinha descoberto que “não podia ser anjo! (MEYER, 2011, p. 39).

A citação nos mostra que ainda temos um longo caminho pela frente na luta contra o preconceito racial nas escolas. Nos últimos anos, temos presenciado inúmeros fatos relacionados ao preconceito racial no contexto da sociedade e na escola. Vários são os desafios postos no enfrentamento e na luta contra estereótipos e discriminação com relação à população negra e indígena no Brasil. No ano de 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN em 20 de dezembro, esta lei foi e tem sido um marco na efetivação de dispositivos que ofereçam do ponto de vista legal a obrigatoriedade desta temática nos currículos escolares. No ano de 2003 foi instituída a lei nº 10.639 que inclui a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos do ensino fundamental e médio em estabelecimentos públicos e particulares. Posteriormente nos ano de 2008 a lei 11.645 altera a lei 10.639/2003 para incluir o conteúdo relacionado à cultura indígena como obrigatório na educação básica no nível fundamental e médio. Dentre as indicações da referida lei os conteúdos programáticos devam contemplar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos/as negros/as no Brasil, a cultura negra, e o/a negro/a na formação da sociedade nacional, resgatando suas tradições e contribuições nas áreas social, econômica, política que compõem a história do Brasil. Ainda de acordo com o texto da lei os conteúdos referentes ao estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena devem ser dinamizados em todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Literatura, Educação Artística e História-brasileiras. Porém, apenas a lei não tem força para operar sozinha, é necessário que as escolas por meio de gestores/as, professores/as e demais profissionais que atuam na educação façam cumprir o que determina a lei. Em pleno século XXI observamos por meio de relatos e de pesquisas que nas escolas os conteúdos referentes à Cultura Afro-Brasileira e Indígena têm sido muitas vezes abordados na perspectiva de “currículo turístico”, ou seja, a escola escolhe uma data para “comemorar”, por exemplo, o “dia”, 20 de novembro como sendo dia da consciência negra e o “dia” 19 de abril como sendo o “dia” do/a índio/a que a escola muitas vezes apresenta aos/as alunos/as um cultura indígena “padrão”, ou seja, sempre presente o cocar e adereços

como arco e flecha. Nem todos/as os/as índios/as estão ainda vestidos da maneira que alguns livros didáticos e filmes ilustram. Temos indígenas que são advogados/as, engenheiros/as, professores/as e etc. Muitos/as deles/as já estão conectados/as ao ambiente virtual e utilizam a internet para uma série de atividades, sejam elas profissionais ou de estudos, tem celular, são antenados/as e articulados/as as mudanças sociais e, um dos grandes desafios dessa cultura é o de promover um olhar mais “sensível” frente aos estigmas que historicamente foram e, ainda são atribuídos a Cultura Indígena. Nesse sentido, propomos apresentar problematizações no que se refere a discussão da Cultura Afro-Brasileira e Indígena para que se distancie da restrição de ter um único dia para que estas culturas sejam apresentadas e representadas do contexto escolar. Outro aspecto recorrente tem sido a supervalorização da cultura eurocêntrica, por meio de práticas que dificultam, (in)visibilizam e desqualificam as identidades étnico-raciais, tratando-as de maneira estereotipada, e assim levando negros/as a naturalizar mecanismos de própria autonegação, persuadindo-os/as a aceitar e se adequar ao padrão estabelecido. Buscamos na escrita deste texto provocar outros “olhares” com o objetivo de oportunizar reflexões acerca das relações étnico-raciais e indígenas no contexto escolar, visando (re)pensar ações pedagógicas que oportunizem que as crianças conheçam outras referências imprescindíveis na sua construção intelectual, social e histórica da humanidade. Conforme Costa (2017) os desafios são vários ainda, é preciso investir nos cursos de formação inicial e continuada de formação de professores/as que durante sua formação dialoguem acerca dos estereótipos e estigmas relacionados à população negra e indígena no Brasil e que segundo o autor: “Além disso, é preciso dizer que este material não pode ser reduzido a uma série de lições ou unidades didáticas isoladas”. (p.73). É muito comum que os conteúdos referentes ao estudo da história e Cultura Afro-Brasileira e Indígena ficam restritos as disciplinas de História, Literatura e Arte, é preciso que essas temáticas sejam trabalhadas por “todas” as disciplinas do currículo escolar como também em palestras e amostras culturais para além dos estereótipos, estigmas que comumente são relacionados e (re)apresentados nas atividades do currículo escolar, como por exemplo, os meninos se apresentam com roupas que sinalizam para aspectos relacionados à escravidão, marginalidade e pobreza e as meninas normalmente se apresentam como baianas, com adereços na cabeça e saias rodadas que “sutilmente” inclinam para uma representação da mulher negra e escrava. Portanto, historicamente, a imagem de negros/as foi e ainda é associada à escravidão, à miséria, à força do seu aspecto físico, é marcada por lábios carnudos, nariz achatado e cabelos crespos. Com base neste estereótipo construído em diferentes espaços sociais e legitimado por diversos materiais pedagógicos, o/a negro/a é marginalizado/a rotulado/a visto como “estranhamento”. E, por fim deixo uma reflexão para que possamos (re)pensar acerca das questões que trouxe para este texto: “Lamentavelmente, na maioria das vezes, a instituição escolar aparece nas lembranças dos depoentes reforçando estereótipos e representações negativas sobre o negro e o seu padrão estético”. (Nilma Lino Gomes, 2003, p. 7)

**Palavras-Chave:** Cultura Afro-Brasileira; Cultura Indígena; Estereótipos; Educação Escolar.

### **Referências:**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB nº 9.394 de 20 de dezembro. MEC, Brasília, 1996.

COSTAS. Júlio Cesar Virgínio da. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. **Revista Presença Pedagógica**. v. 23, n. 133, jan./fev, 2017.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

MEYER, de. E. Das (Im)possibilidades de ser como anjo... In: GOMES, N.L.; SILVA, P.B.G. (Orgs.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011, p. 39-53.